

EXTRATO DA ATA DA 19ª REUNIÃO DE DIRETORIA (Gestão 2016-2018)

DATA: 24 de julho de 2017

INÍCIO: 14 horas

LOCAL: Dependências do CRECI-RJ na cidade do Rio de Janeiro

PRESIDÊNCIA: MANOEL DA SILVEIRA MAIA

I - PRESENCAS REGISTRADAS: MANOEL DA SILVEIRA MAIA, Presidente; ANA LUIZA GOMES ANDERSON, 1ª Vice-Presidente; CASIMIRO VALE DA SILVA, 2º Vice-Presidente; EDBERTO RODRIGUES GONÇALVES, 1º Diretor-Secretário; LINDA DOS SANTOS CALIL, 2ª Diretora-Secretária; LAUDIMIRO DE SOUZA CAVALCANTI, 1º Diretor-Tesoureiro e SÉRGIO EDUARDO FERREIRA MENDES, 2º Diretor-Tesoureiro.

II - ABERTURA

II. 1. QUORUM: O Secretário Edberto Gonçalves informou haver quorum suficiente.

II. 2. ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Abrindo a reunião, o Presidente Manoel Maia pediu a proteção de Deus e colocou em discussão e votação a Ata da 18ª (décima oitava) Reunião Ordinária de Diretoria realizada em 24 de julho de 2017. Leitura dispensada. Não houve quem quisesse discutir. Aprovação por unanimidade.

O PRESIDENTE MANOEL MAIA, iniciou dizendo que a 2ª Diretora-Secretária Linda dos Santos Calil e o 2º Diretor-Tesoureiro Dr. Sergio Mendes, elogiaram as funcionárias Rosana e Aline pela elaboração das atas das reuniões de diretoria e plenária respectivamente.

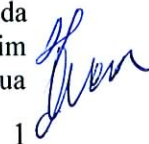
III - ORDEM DO DIA:

III.1. CONHECER, DISCUTIR E DELIBERAR SOBRE 394 (trezentos e noventa e quatro) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS RELACIONADOS PELO SETOR DE INSCRIÇÃO E BAIXA; APROVADOS POR UNANIMIDADE.

IV- CONHECER, DISCUTIR E DELIBERAR SOBRE 142 (cento e quarenta e dois) PROCESSOS DIVERSOS RELACIONADOS PELO SETOR DE PROCESSOS ESPECIAIS. APROVADOS POR UNANIMIDADE.

TOTAL DE PROCESSOS: 536

V – PRONUNCIAMENTO DA DIRETORIA : O PRESIDENTE MANOEL MAIA solicitou o pronunciamento da 1ª VICE-PRESIDENTE, DRª. ANA LUIZA GOMES ANDERSON, que cumprimentou os colegas e conduziu para o Presidente dois convênios para assinatura, sendo um da CDL de Petrópolis, que informou ter feito os devidos ajustes, e outro do Restaurante Gergelim (alimentação saudável), o qual foi submetido a uma enquete, através da Intranet, para apuração de sua



1

aceitação pelos funcionários no CRECI, tendo como resultado positivo em torno de 75%, a favor do convênio. Finalizou dizendo que no momento está “mais para ouvir do que para se pronunciar”. O 2º VICE-PRESIDENTE, SR. CASIMIRO VALE DA SILVA, cumprimentou o Presidente e os demais companheiros e disse não ter nada a enunciar. O 1º DIRETOR-SECRETÁRIO, SR. EDBERTO RODRIGUES, cumprimentou o Presidente e todos os companheiros da mesa. Em seguida, iniciou ressaltando ser espetacular a colaboração das pessoas que contribuem no momento em que o CRECI está com defasagem de funcionários. Informou receber todos os encaminhamentos da funcionária Regina e acresceu que a Diretora Linda Calil está cooperando de forma maravilhosa, mas que gostaria de solicitar que a mesma não assinasse os processos, por ser uma função própria dele e já ter uma Coordenadora responsável pelo setor de Processos Especiais. A Diretora Linda Calil entendeu e se posicionou dizendo que está apoiando enquanto não houver a designação de um funcionário para a execução da tarefa, acrescentou que não pediu para assinar os processos e não concorda com vaidade, dizendo ser incorreto e não ser justo fazer o trabalho e outra pessoa assinar em seu lugar, propondo assim a assinatura juntamente com a Coordenadora Regina. O Diretor Edberto Rodrigues, retomou a palavra dizendo que todos os processos passam pelas comissões, explicando que primeiramente a Coordenadora Regina confere, carimba e assina, depois é repassado para ele, que carimba e assina, e em seguida são encaminhados para as comissões. Todavia, os membros indeferiram o parecer da Coordenadora Regina e da Diretora Linda Calil por falta da assinatura dele nos processos. O Presidente informou que está aguardando um posicionamento quanto à saída da Drª Caroline do setor de Processos Especiais, porque não foi satisfatória, e ocasionou a desorganização e o andamento desta tarefa no CRECI. Acresceu que foi criada uma comissão para reestruturar essa Instituição, no sentido de reduzir custo, e conseqüentemente algumas funções gratificadas foram canceladas por terem sido criadas deliberadamente em outro momento, com a liberação no cumprimento do horário de trabalho. O Presidente esclareceu que o funcionário por exercer uma função gratificada, não estaria liberado de cumprir o horário de trabalho, pois ganha para trabalhar, e que é algo que será exigido, principalmente após a decisão do Supremo Tribunal, porque se o resultado for favorável para o Regime Celetista, haverá um enquadramento independente das opiniões. Explicou que atualmente há uma liberação referente aos horários de trabalho, onde as pessoas sentem-se à vontade, não sendo encontradas nos setores quando são procuradas por ele, e acredita que melhorará esta situação somente após a decisão final do STF (responsável por ditar toda a regra sobre o assunto). Retornou a mencionar que tem conhecimento sobre a desorganização da tarefa de processos especiais, com a ausência da Drª Caroline ou sem uma pessoa com o conhecimento equivalente ao dela, porque a experiência jurídica é primordial para os processos especiais. Informou que está aguardando uma decisão após as férias, quando irá se reunir com os Chefes de Setor, para um consenso definitivo referente a este assunto. O Diretor Edberto Rodrigues, voltou a solicitar uma pessoa que tenha conhecimento jurídico como era com a Drª Caroline, e devido a isto, continua mantendo as mesmas comissões. Lembrou que na última reunião havia solicitado ao presidente a colaboração de um advogado, pelo período de meio expediente, para que possa dar um parecer sobre os processos especiais. O Diretor Laudimiro Cavalcanti, sugeriu o retorno da Drª Caroline ao Setor de Processos Especiais. O Presidente se posicionou dizendo que se tomar esta decisão, estará desprestigiando a comissão que ele nomeou para a redução dos custos/funcionários. Acresceu que havia 200 funcionários no CRECI, e que atualmente com 110 funcionários as tarefas continuam a serem feitas. O Diretor Sergio Mendes, em aparte, informou ter trabalhado na gestão do Sr. Casimiro, como coordenador do setor de Processos Especiais, colaborando com seus conhecimentos jurídicos, e aproveitou para sugerir a colaboração da diretoria, mencionando o nome da Diretora Linda Calil, que tem conhecimentos para coordenar o Setor de Processos Especiais. O Presidente elogiou os trabalhos da Diretora Linda Calil referentes à administração pública, informando ser espetacular, mas que nos processos especiais tem detalhes que necessitam de um profissional com conhecimentos jurídicos. Em seguida, concluiu que não há impedimento na viabilidade para esta solução. O Diretor Edberto Rodrigues perguntou se existe a possibilidade do Presidente convidar algum suplente, que seja advogado, para dar o parecer nos processos especiais, mencionando o nome do Dr. Frederico Mendes. O Presidente explanou que o Dr.

Frederico por ser vice-presidente da Caixa Econômica é muito ocupado, mas não tem objeção a essa sugestão. Pediu o aguardo do Diretor Edberto, pois precisará fazer uma reunião com o Dr. Leonardo e a Geni para resolver. O Diretor Edberto agradeceu a todos e finalizou seu pronunciamento. A **2ª DIRETORA-SECRETÁRIA, PROFESSORA LINDA DOS SANTOS CALIL**, após desejar boa tarde a todos, disse que não tem nenhum tipo de vaidade quanto à assinatura dos documentos, mas não concorda em executar o trabalho e não assinar, porque se sente confortável em assumir sobre o que estiver certo ou errado. Lembrou que quando presenciou o nervosismo da funcionária Regina, se prontificou em ajudá-la na organização dos processos, não para assinar, mas ela como chefe da Secretaria autorizou a assinatura. Acresceu que anteriormente nenhum diretor havia se disponibilizado para ajudar com estas atribuições, inclusive, se incluiu nesse rol. Em seguida, proferiu que conforme o Diretor Edberto mencionou: “É preciso haver confiança”, porém aconteciam ocorrências que não estavam de acordo e que poderiam prejudicar o andamento dos processos. Esclareceu não saber medir a gravidade, por falta do conhecimento de contabilidade, e diante disso, sanou as dúvidas com a senhora Yolanda, sobre todos os processos que não passavam pela tramitação correta, por não dependerem de advogado, que eram deferidos com isenção por doença. Explicou que, passavam pela assistente social e em seguida para a Dr^a Caroline, sendo que, deveria ser o contrário: primeiramente, passar pela advogada e posteriormente pela Assistente Social os processos que fossem necessários. Atualmente, o procedimento está sendo inverso, pois os mesmos são separados e analisados por ela, que determina se são administrativos, e aprovados não dependem da Assistente Social. Anteriormente, seriam encaminhados para revisão da Assistente Social, porque o CRECI estava remunerando duas profissionais que não efetuavam o serviço ativo com visitas, que eram marcadas para constatação da isenção por doença, mas não aconteciam. Acrescentou que o Presidente mencionava com muito orgulho que as Assistentes Sociais davam assistência ao corretor, mas não era verídico, o que acontecia era uma análise de documento. Informou que presenciou vários processos com parecer da Assistente Social e se reportou ao Solon para saber o que poderia ser feito. O Solon informou que o trabalho não estava sendo feito de maneira correta por ser administrativo. A Diretora Linda Calil observou que havia processo deferido com atestado de dentista e citou como exemplo seu problema de saúde, artrose, constatando que havia isenção deferida com este motivo também. Diante disto, se posicionou informando não concordar com determinadas conclusões destes deferimentos. O Presidente se pronunciou alegando que estas situações são denúncias graves que deverão ser apuradas. A Diretora Linda Calil avultou que o corretor pede isenção, mas não pede baixa; sendo assim, todo ano pede isenção, e acresceu que detectou pedidos do mesmo corretor em anos consecutivos, garantindo sua inscrição ativa sem pagamento. Em seguida, se posicionou informando que não colocaria em pauta este assunto, por causar repercussão negativa fora do CRECI, preferindo consertar internamente. Explanou que o Presidente não tem condições de conhecer tudo o que acontece. Ressaltou que não está na Secretaria para fiscalizar, e não quer ser contra o Diretor Edberto Rodrigues, mas sim contra determinados posicionamentos, e estabeleceu preferir o discurso direto com quem tiver algum desajuste, explicando que está se esforçando há mais de um mês para vir ao CRECI no intuito de colaborar, e que não explana nas reuniões plenárias sobre o seu empenho, mas que existe um problema de vaidade e proteção, expressando que não poderia ser assim e que a diretoria deveria ser unida e coesa. Logo após questionou sobre os processos que não eram observados detalhadamente. Acrescentou não se arrepende de contribuir, e continuará atuando por determinação do Presidente até o momento em que tiver um funcionário para assumir. Sugeriu que alguns processos aleatórios venham para a mesa da diretoria para acompanhamento da montagem do processo e verificação do parecer. Encerrou seu pronunciamento. O Presidente, antes de passar a palavra para o 1º Diretor-Tesoureiro, se posicionou explicando que é preciso tomar uma decisão sobre o assunto que foi abordado pela Diretora Linda Calil, pois tem um ponto de vista de ordem administrativa para ser adotado no CRECI, mas não quer aplicar antes da decisão do STF. A Diretora Linda Calil relatou que detectou um processo de 2007 em que o solicitante da remissão por doença havia falecido; sendo assim, entrou no site da Receita Federal para confirmar o óbito e dar baixa no pedido. O Diretor Laudimiro Cavalcanti informou ter sido coordenador da comissão de Processos Especiais, e que na



SISTEMA

COFECI-CRECI

CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - 1ª REGIÃO - RJ

época muitos processos foram indeferidos. **O 1º DIRETOR-TESOUREIRO, LAUDIMIRO DE SOUZA CAVALCANTI**, cumprimentou a todos e informou que a pasta da Tesouraria teve uma mudança insignificante em relação à reunião anterior. Ressaltou que o quadro precisa de cautela, mas que os números são credores e a situação está estável. Acrescentou que no mês anterior o gasto foi maior do que a arrecadação devido às rescisões de contratos das delegacias, que eram alugadas, e no momento há equilíbrio, lembrando que a diminuição dos custos teve boa repercussão, pois o objetivo é estreitar a despesa para que não ultrapasse a receita, e não gostaria de considerar os dois últimos meses passados em função das rescisões trabalhistas, mas no último mês analisou junto com a senhora Yolanda que a despesa e a receita irão praticamente ser equiparadas. Informou que o convênio com a Caixa Econômica está fluindo muito bem, com boa aceitação, e que a segunda fase está quase concluída. Foram ao todo 170 credenciados, sendo que, os que não foram habilitados não assinaram o contrato, deste total existem 40 que não foram aprovados, por motivo de pendência de documentação. Ressaltou ser formidável esta exigência, pois irá moralizar a situação de alguns corretores e imobiliárias. Sugeriu ao Presidente que ele não deve desvincular o CRECI da Caixa Econômica, pois esse convênio significa parceria, a fim de que ambas as Instituições caminhem juntas. Explicou que a 1ª fase foi para o recebimento e análise da documentação pela Caixa Econômica aos interessados no convênio, e a 2ª fase será a continuidade do recebimento das documentações para novos cadastros, e da documentação complementar que haviam ficado pendentes na 1ª fase. Comunicou que haverá um treinamento no auditório da Caixa Econômica para os corretores terem conhecimento sobre como irão atuar, e informou que a listagem dos imóveis está disponível no site da Caixa Econômica e que somente aqueles que estão credenciados poderão vender. Avultou que conforme o Dr. João anunciou na TV, o corretor ou a imobiliária não estão autorizados a receber valores, e somente a Caixa Econômica está autorizada a receber. A Diretora Ana Luiza anunciou que na época em que foi Delegada de Jacarepaguá, na gestão do Sr. Casimiro, participou de treinamentos dentro do auditório da Caixa Econômica, na Praça Seca, e que a gerência ministrava cursos espetaculares. Acresceu que as pessoas do Sindicato eram boas de adjudicar. O Presidente declarou que estiveram presentes, em uma reunião no CRECI, um representante do Sindicato, e outro da Caixa Econômica, mas não houve acordo entre eles, pois o interesse da Caixa Econômica seria em imobiliárias, pois já estão inscritas 160 pessoas jurídicas. O Diretor Laudimiro Cavalcanti esclareceu que todo cadastro antigo quando vencer não será mais válido. A Diretora Ana Luiza perguntou se o prazo continuará a ser de dois anos para novos cadastros mesmo sem haver demanda. O Presidente respondeu que a organização da Caixa Econômica exige o preenchimento de vários requisitos para o cadastramento. O Diretor Laudimiro Cavalcanti, exprimiu que alguns corretores não foram habilitados por estarem inadimplentes. O Presidente ressaltou que não deveria haver parceria entre o corretor cadastrado e um corretor improbo, por não ser salutar para a imagem do CRECI perante a Caixa Econômica, impossibilitando futuros convênios com o CRECI, como ocorreu com o Sindicato. O Diretor Cavalcanti, informou que a Caixa Econômica descredencia automaticamente corretores/imobiliárias que ensejam em má-fé, sem a consulta do CRECI. Finalizou seu pronunciamento. **O 2º DIRETOR-TESOUREIRO, SÉRGIO EDUARDO FERREIRA MENDES**, iniciou cumprimentando a todos, e informou que o setor de Dívida Ativa e Cobrança tem conseguido trazer administrativamente a cobrança de devedores. Em janeiro, foram 206 parcelamentos efetivados, sendo 8 em execução de pessoa física e 7 de pessoa jurídica; em fevereiro, 153, sendo 14 em execução; em março, 167, sendo 24 em execução; em abril, 344, sendo 32 em execução; em maio, 395, sendo 24 em execução; em junho, 438, sendo 15 em execução, e em julho até o momento, 305. Acresceu que no total geral, em janeiro, foram 213 processos administrativos de cobrança, e em execução 8; em fevereiro, foram 159, e em execução 9; em março, foram 173, e em execução 17; em abril, foram 355, e em execução 25; em maio, foram 413, e em execução 32; em junho, foram 460, e em execução 25; em julho, foram 331, e em execução 16. Em seguida informou os valores arrecadados: em maio foi R\$ 531.074,00 processos administrativos, e em execução R\$ 32.993,00; em junho, R\$ 666.259,00, e em execução R\$ 32.800,00, e em julho até o momento R\$ 256.530,00, total geral de R\$ 1.452.790,00 processos administrativos, e em execução R\$ 91.860,00 pessoa física, e foi arrecadado R\$ 254.195,85 processos administrativos, e

em execução R\$ 5.034,00 pessoa jurídica. Diante deste quadro, informou que o setor tem trabalhado, que o mérito é exclusivo dos funcionários, e que ele tem apenas a função de coordenar e estimular. O Presidente acrescentou que neste período houve no CRECI o Cadin (Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal), que entrou em circulação, e isso colaborou com o progresso das arrecadações. O Diretor Sergio Mendes explicou que deve agir de forma efetiva com os devedores, porque estes corretores não têm respeito com o CRECI, são pessoas que exploram a atividade sem estarem quites com as suas obrigações. Informou a todos que estará ausente na próxima reunião plenária por motivo de viagem, e solicitou ao Presidente que prestigie o Dr. Frederico para participar da reunião. O Presidente acatou a solicitação. O Diretor Sergio Mendes se despediu de todos e finalizou seu pronunciamento. O Presidente anunciou ter recebido um e-mail do professor Rodrigo Guimarães, em que estava expresso o seguinte: “A assessoria do vereador Abul está solicitando o nome completo e o número do CRECI dos diretores que acompanharão o Presidente nesta audiência pública e solene”. Informou que haverá uma reunião/jantar em Campos, no dia 18 de agosto, e na 2ª feira, dia 21 de agosto, terá esta audiência. Adicionou que o CRECI ainda não tem condições de pagar diárias, mas que poderia reembolsar as despesas dos diretores que se dispuserem a ir. Esclareceu que, desde maio, o CRECI vem recebendo mais créditos do que débitos, com saldo aproximado de 150 mil a partir de maio, e estão praticamente com a mesma verba desde então, já com desconto das indenizações; conseqüentemente, chegarão a um saldo positivo, independente da obra que já tem um custo previsto. Diante disto, irá propor aos funcionários um aumento salarial de 10% referente ao ano de 2016 e 2017, solicitando a não divulgação desta informação no Conselho a princípio. Avultou que no último acordo coletivo havia vários índices de aumento salarial sem a informação do índice oficial, e que não havia coerência, utilizava-se o DIEESE SP e o ICV (índice do custo de vida) para aqueles que recebem até 30 salários, não sendo compatível com aqueles que recebem salários inferiores. Havia várias datas-bases, e informou que foi solicitada ao Solon a vista do último acordo coletivo, para que possa seguir a regra e o índice. Esclareceu que serão dois aumentos de 5%, porque os funcionários novos que entraram em maio não podem ser beneficiados em relação ao curso do ano anterior. Divulgou que o saldo atual é de três milhões e cem mil, e que está sendo mantido nos últimos 4 meses. Por fim, comunicou que irá receber um título em Petrópolis no mês de março de 2018.

VI – ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, a Presidência agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Reunião, da qual para constar, eu, EDBERTO RODRIGUES GONÇALVES, 1º Diretor-Secretário, lavrei a presente ata que assino, bem como o Senhor Presidente, estando a gravação integral em meio digital à disposição de todos.


EDBERTO RODRIGUES GONÇALVES
1º Diretor-Secretário


MANOEL DA SILVEIRA MAIA
Presidente